



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

N.º 4

### ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFETUADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2018

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezoito, reuniu, pelas vinte horas e vinte minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

#### **Ponto Único: Deliberação sobre o Relatório da Audição Pública relativo à situação das Escolas do Concelho de Évora.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

**Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço**

**1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto**

**2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins**

Feita a chamada, verificaram-se as seguintes presenças: Joaquim Condeço (em substituição de Ananias Quintano), Carlos Cruz (em substituição de José Figueira), Paulo Jaleco, Ana Beatriz Cardoso, Maria Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Francisco Lopes Figueira (em substituição de Nuno Alas), Maria Elmina Lopes, Ana Luísa Boto, Frederico Miguel Carvalho, Jorge Cardoso da Silva, Bruno Martins, Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, Maria da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, João Canha, Maria Antónia Boieiro, Duarte Guerreiro (em substituição de Gertrudes Pastor), Isidro Lobo, José Mendes (em substituição de José Russo), Sílvia Margarida Mira (em substituição de Jerónimo José), António Maduro, Isabel Sapata (em substituição de José Vitorino Piteira), Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Miguel Ramalho, Lúcio Guerreiro, Nuno Cabrita.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, Vereadores (as) Sara Fernandes, Eduardo Luciano, Alexandre Varela, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

#### **PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO**

Ninguém do público desejou intervir.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente da Assembleia**, recordou que esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, se realizava por proposta da bancada do Partido Socialista, apresentada na sessão ordinária de 28 de junho p.p, tendo como ponto único, a audição sobre a situação das escolas no concelho de Évora.

Lembrou que no passado dia 23 de fevereiro, por proposta da bancada da CDU, foi aprovada, por maioria, uma audição pública, que se realizou dia 6 de abril. Nesta audição pública toda a comunidade escolar foi ouvida, diretores de agrupamentos, associações de pais, forças políticas mesmo não tendo eleitos pelo círculo de Évora. Foram ainda convidados os três deputados eleitos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

na Assembleia da República pelo Círculo de Évora, os Sindicatos da Administração Local, o Sindicato dos Professores da Zona Sul e o Sindicato dos Professores Democrático.

Desta audição resultou um conjunto de depoimentos muito importantes que constituem o Relatório, hoje presente a esta Assembleia, para discussão e deliberação.

As conclusões saídas desta sessão extraordinária irão acompanhar o Relatório da Audição Pública a remeter às diversas entidades.

O grupo de trabalho informal que se constituiu, juntou as várias forças políticas representadas na Assembleia Municipal. Reuniu duas vezes, no sentido de em conjunto encontrarem um consenso, o mais alargado possível, com propostas consensuais, e recomendações, conseguindo-se o documento base “**Projeto de Resolução, a Educação no Concelho de Évora**” que leu na globalidade, que fica em anexo, a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Depois da apresentação do documento o Sr. Presidente da Assembleia, deu a palavra à Sra. **Clara Grácio** que começou por referir importância desta reunião. Afirmou ser demasiado importante por tratar de um assunto que toca a todos, que é decisivo para o futuro, e para a Educação.

Que todo o percurso desenvolvido pela Assembleia Municipal de Évora teve em conta a delicadeza e importância da matéria.

A proposta de audição, teve uma enorme participação, sendo que quem está diariamente com as crianças, professores, encarregados de educação, diretores de agrupamentos etc., dissiparam todas as dúvidas, se as houvesse. Com a audição confirmou-se, um quadro extraordinariamente preocupante da realidade das escolas e da Educação no Concelho de Évora.

Cabe agora, à Assembleia Municipal de Évora não defraudar as expectativas criadas em todos os intervenientes neste processo.

Todos os participantes da audição, esperam que o Relatório agora apresentado seja um importante instrumento na alteração da difícil, preocupante e insustentável situação da educação no concelho. Foi neste sentido, que este grupo informal tentou consensualizar um documento que fosse público de forma a chamar a atenção das entidades para uma situação que não “pode continuar”. Se a situação se arrastar, todos serão cúmplices ao colocar em perigo a qualidade das escolas, bem como a segurança das crianças e jovens. É necessário alterar a situação de forma que a escola seja minimamente aceitável.

Espera que o esforço de consensualização das diversas forças políticas, seja valorizado, conseguindo uma solução da qual todos façam parte.

Este é um objetivo comum e decisivo para o futuro de todo o concelho. Esperam que este Relatório, faça toda a diferença e contribua, para que, na abertura do ano letivo exista qualidade e segurança para todas as crianças e jovens.

Numa breve intervenção o Sr. **Jorge Lourido** solicitou que o Relatório apresentado fosse distribuído em suporte papel, à semelhança da restante documentação.

O Sr. **João Canha** interveio para lembrar que o processo foi apresentado em Assembleia Municipal pela bancada da CDU, que a bancada do PS colocou algumas questões, tendo-se o PS abtido na votação, o que levou à convocatória da Audição Pública.

Foi percebido que existem processos próprios para conhecimentos e aprofundamentos da situação que existe na educação. Bem como estâncias próprias, como o Conselho Municipal de Educação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Empenharam-se e envolveram-se com humildade democrática, na audição e em todo o processo que levou á elaboração do Relatório apresentado pelo Sr. Presidente.

Na sequência do documento apresentado pela CDU na anterior Assembleia Municipal, e no seguimento de questões colocadas pelo PS, que se absteve, sendo acompanhados pelas restantes bancadas

Perceberam que existe um timing para que toda a dinâmica esteja em curso e que todos devem participar nela. Tem que ver com processos estratégicos da Câmara, com toda a consciência que é necessária, participar e contribuir para que a escola seja melhorada em prol das crianças, auxiliares e professores.

Estão profundamente empenhados em aprovar tudo que seja para ajudar e contribuir nesse sentido. A bancada do PS também percebeu durante todo o processo que *existia a tentativa de vincar o processo de acusações sobre a gestão do governo, e com alguma dificuldade se assumem responsabilidades que estão do lado do município.*

Perguntou, então, pelos resultados do trabalho efetuado no Conselho Municipal de Educação durante o mandato anterior. Já que, no atual mandato não reuniu, e no anterior foi o próprio Conselho a sinalizar todas as situações. Deveria assim, o Conselho Municipal de Educação, sustentar uma posição negocial mais forte, muito mais pró-ativa junto dos governos, de forma a impedir que se chegasse ao estado atual.

Relativamente á dinâmica das forças locais em todo o processo, perguntou quantas vezes houve reuniões, com as associações de pais, na procura de estratégias e implementação de soluções.

Considerou que a diversidade existente nos 308 concelhos, na participação e mobilização dos pais e da comunidade local, poderia ter tido outras consequências que não permitissem chegar à atual situação. *“De um momento para outro tudo passou a ser responsabilidade do governo, não existindo qualquer responsabilidade da gestão local, porque todos os recursos que transitaram para o município também têm a sua quota-parte”.*

Em seguida, referiu um conjunto de dados que constam no Relatório, e que a 06 de abril eram verdade mas que de momento tiveram outro desenvolvimento, como no caso dos 70.000€ prometidos, que foram referidos em conferência de imprensa pela diretora escolar. Não foram transferidos para a escola secundária André de Gouveia, mas em seu lugar vieram técnicos, engenheiros e arquitetos. As situações que estavam identificadas, cozinha, canalizações, e tudo que era mais urgente foi resolvido. Assim como o Curso de Teatro da Escola André de Gouveia, deixou de ser problema, resolveu-se por via negocial com o próprio Ministério.

Relativamente ao ponto II alínea b) onde se diz *“Nas instalações da Escola Manuel Ferreira Patrício, no seu interior, chove há 14 anos. Existe ainda a necessidade de adaptar os velhos edifícios das escolas do primeiro ciclo às novas exigências educativas”*, estas situações, são responsabilidades camarárias.

No ponto I alínea e) ao ser referido *“No que reporta aos professores colocados nas Atividades Extra Curriculares (AEC’s), estes profissionais são contratados e pagos à hora, não dando continuidade ao seu trabalho no mesmo contexto. (chamou a atenção para a diferença entre a despesa que a Câmara Municipal faz e a receita que recolhe, esta diferença, resulta um prejuízo de aproximadamente de 94.000€”*, como parece, é intensão do município ficar com as AEC’s à sua responsabilidade.

Deve ficar registado em ata que desde 06 de abril alguns assuntos constantes do relatório, foram resolvidos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Foram ainda apurados os custos pelo mapeamento dos cursos propostos para formação, a ACAP, solicitou a colaboração às CIM's, e a CIMAC em Évora, num determinado momento resolveu não prestar a colaboração solicitada, embora sendo relativamente fácil, tendo em conta, os contributos dos Conselhos Municipais de Educação no mapeamento, de forma a determinar os perfis profissionais para os cursos de ação educativa.

Estas situações deixam um pouco de desconforto, na aprovação dos documentos, continuando no entanto a perceber o quanto é importante contribuir para sinalizar, diagnosticar e instar junto de quem tem responsabilidades para que as cumpram.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Bruno Martins** que começou, por saudar a realização da Assembleia Municipal Extraordinária, no debate pela educação do concelho, depois da audição pública, por iniciativa da CDU, muito participada, com a qual o BE se congratulou de imediato, tendo votado a favor. Para o BE foi muito bom a realização da audição pública.

Considerou não terem tido condições para votar um documento tão importante, apresentado pela CDU, já tarde, sem tempo para uma reflexão. Razão da abstenção.

Em bom tempo assim aconteceu para se cumprir o que estava deliberado pela Assembleia Municipal *“Que todos os partidos se encontrassem, redigissem um texto de tomada de posição conjunta e forte para que os decisores olhassem com atenção para os problemas da educação no concelho de Évora”*. Assim aconteceu. Houve reuniões, até ontem, foi encontrado o consenso, que lamentavelmente parece já não existir.

Como não gostaram da entrega tardia da documentação pela CDU, também não gostaram que o PS, se lembre tardiamente, que não está de acordo com alguns pontos da resolução.

O BE está preocupado com as questões da educação no concelho de Évora, e quer acreditar, que todos estão há muitos anos.

Há muito tempo que na Assembleia Municipal falou sobre esta questão, tendo sido apelidado de extremista, quando dizia que não havendo condições de segurança para as crianças nas escolas, não havendo assistentes operacionais qualificados, havendo apenas recurso a contratos de emprego de reinserção, que mais não são que uma forma de escravizar pessoas sem qualquer qualificação para trabalhar com crianças, que não têm culpa. Que, não havendo condições, as escolas não deviam abrir.

Felizmente, a resolução de conjunto reflete todos os problemas sérios que existem, que se não tiverem soluções colocam em causa o próximo ano letivo.

Não considerou as responsabilidades do Ministério da Educação acentuadas em demasia, porque em matéria de educação, deve ser o Ministério da Educação a responder.

Sempre tiveram muitas dúvidas em relação aos contratos de execução, mas ainda mais dúvidas em relação ao processo de descentralização que está a ser preparado.

Na prática, por melhor boa vontade que os municípios tenham, não têm capacidade de dar resposta aos problemas de educação, especialmente os endividados como Évora.

Por um lado não aceitam que a Assembleia seja levada para uma qualquer estratégia pelo executivo municipal. É sua responsabilidade, enquanto eleitos, não o permitir. Nesse sentido, o BE recusou e recusa no Relatório da Audição Pública a proposta da CDU de um texto referindo um excelente trabalho por parte da Câmara. Deveria ter sido mais pró-ativa, mais lutadora e ter insistido mais junto do governo há mais anos atrás, não só em época pré-eleitoral. Não admitiram qualquer louvor à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Câmara Municipal, mas também não admitem que o PS leve a um processo de desculpabilização do governo. Por tudo isto, consideram estranho o PS dizer-se chocado com as alíneas referidas.

Lembrou que os 70.000€ foram prometidos pela Diretora da DGEST mas também pelo Sr. Ministro em reunião plenária do PCP em janeiro. E as obras aconteceram em junho, sendo que 70.000€ não são nada para as necessidades da escola, assim, deve constar no texto do Relatório da Audição Pública, tal como deve constar quanto é que o Executivo Municipal fica a perder se contratar os professores das AEC'S e não simplesmente passar recibos verdes.

Também deve ficar em ata que o governo quis fechar o Curso de Artes do Espetáculo, que só não fechou, depois de grande pressão.

Deve constar deste projeto para que no próximo ano, exista esta força da Assembleia Municipal, para não permitir a nenhum governo do PS, PSD, CDU, BE ou outro, pensar novamente em cometer o mesmo erro.

Outro exemplo que deve constar da ata, são os do ensino profissional. Foi neste espírito, que aconteceram as reuniões e se chegou ao texto de consenso, que parece já não ser de consenso.

Terminou, a afirmar que o BE não está preocupado com as cartas na manga do PS ou da CDU. Está apenas angustiado com as preocupações constantes da solução. Tudo que está no texto é verdade, tudo é urgente. Esta é a razão do BE não aceitar qualquer alteração à sua formulação.

O Sr. **Frederico de Carvalho** começou por dizer que não iria acrescentar muito às intervenções anteriores, apenas relembrar que a iniciativa da CDU foi apoiada pela Coligação Afirmar Évora. Foi feito um excelente trabalho pela Assembleia Municipal com o fim de conseguir um verdadeiro diagnóstico dos problemas sobre a educação no concelho.

Por um lado conseguiu-se e por isso, saudou o Sr. Presidente da Câmara. Por outro lado, sentiu-se o esvaziamento da Comissão Municipal de Educação, que prevê no seu regulamento duas reuniões ordinárias, uma no início e outra no final do ano letivo, como forma de aprofundar as conclusões inerentes à temática em causa.

Considerou que a Comissão Municipal de Educação deve ser valorizada, e incentivada, de forma a ajudar a tratar destas questões com mais celeridade.

A iniciativa da audição pública com os convites alargados a entidades públicas, representantes do parlamento e o próprio Ministério da Educação, criando expectativas sobre ela. É assim importantíssimo que seja feito um esforço acrescido que vá de encontro às expectativas criadas.

É importante que seja consolidado, sendo que ontem foi a última audição, foi um bom momento de partilha, de “partir pedra”, conseguindo-se o documento de trabalho consensual.

Se os representantes das forças partidárias não estiverem mandatados, não vale a pena a existência de grupos informais.

Dado que, num dia consolidam-se ideias, conseguem-se, no dia seguinte aparecem argumentos contraditórios, isso só descredibiliza e não favorece a viabilidade dos esforços realizados.

Afirmou acreditar que há muito mais a fazer na temática da educação. Solicitando que numa próxima abordagem sobre educação, a questão se centrasse nos alunos, devido aos graves problemas sociais que existem na comunidade escolar, inadequação, abandono escolar, toxicodependência, e ainda nas questões de situações económicas aflitivas existentes.

Pensa que cada vez, é mais útil e necessário que os governos percebam que a democracia direta é mais fácil. Governar da base para o topo é a melhor forma de chegar às soluções da comunidade em cada circunstância que cada local tem para ser preenchido.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Afirmou ser muito importante que as orientações do Relatório da Audição Pública cheguem ao Ministério da Educação. Por último, solicitou que os interesses estaticistas e partidários ficassem afastados deste processo, em favor dos interesses dos eleitores e das crianças.

O seu voto a este documento, só poderia ser favorável, afirmou.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **João Simas** que chamou a atenção para alguns dos problemas que já são antigos, e por essa razão se fez a audição pública. Os pais foram convidados automaticamente ao fazerem parte do Conselho de Escola, os estudantes através dos órgãos próprios da escola.

A situação agravou-se nos últimos tempos, devido à idade de vários funcionários que se reformaram e não foram substituídos, tal como não foram substituídos os funcionários que ficaram de baixa médica (sobretudo funcionários do Ministério da Educação).

No que respeita ao número de alunos por turma, seria bom perceber que algumas das escolas que foram construídas ou reconstruídas, pela Parque Escolar, têm salas preparadas para 24/26 alunos. A escola onde leciona, Severim de Faria, cada turma tem, com 30 ou mais alunos.

Em relação ao calendário, o próximo ano letivo disse estar a ser preparado, assim como toda a logística-

A Sra. **Ângela Caeiro** começou por felicitar a CDU pela iniciativa da Audição Pública. Considerou-a muito pertinente. Pela primeira vez tiveram oportunidade, de ouvir os relatos das pessoas que vivem diariamente o estado da educação no concelho de Évora.

Felicitou o consenso obtido, por englobar as propostas de todos os partidos. Saliu todas as questões relativas aos assistentes operacionais, tendo em conta que a segurança das crianças foi colocada em causa durante demasiado tempo, como nas Escolas Manuel Ferreira Patrício e André de Gouveia. Nestas escolas não há apoio, para os alunos com necessidades especiais. Faltam psicólogos e assistentes sociais, verificando-se muitos casos de bullying.

Também as escolas primárias e as AECS são responsabilidade da Câmara. Mas, este documento é também um documento da Assembleia Municipal, não só para o Ministério da Educação, mas também para a Câmara Municipal.

Não é possível, escolas primárias apenas com dois assistentes operacionais sem formação exercerem essas funções nas escolas.

Não se está perante uma tentativa de culpabilizar o governo PS. É tão-somente a triste realidade.

Lembrou que a 17 de janeiro de 2018 o Ministro da Educação prometeu 70.000€, passando a citar *“está prevista no mapa uma ação de investimento imediato uma verba de 70.000€, para resolver os problemas que existem”*, promessas leva-as o vento, diz o povo com razão, porque na audição a Diretora da Escola. Secretária da Educação no Concelho de Évora afirmou que do Ministério da Educação não obteve qualquer resposta.

Também a questão dos cursos profissionais foi muito debatida na audição, e o PSD apresentou uma recomendação sobre esta temática, de forma a conseguir alguma alteração no próximo ano letivo. Esta recomendação foi chumbada por referir que deveria ser um acordo entre todos os partidos. O PSD, não aceita, que seja retirada a explicação do caso mais grave, o curso de informática.

Concorda que o Conselho Municipal de Educação não funcionou durante o ano letivo, devendo ser resolvida também esta questão. O seu funcionamento será uma mais-valia para a educação no Concelho de Évora.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Estas questões não são de cores partidárias. A educação é uma questão dos eborenses pelo que o PSD também se opunha a alterações ao que ficou acordado entre todos os partidos.

Começando por afirmar que esta não era uma temática sobre a qual tivesse muitos conhecimentos, ainda assim, o Sr. **Adelino Fonseca** interveio por serem questões extremamente importantes. Assim, começou por dizer que era inegável que todos estavam de acordo, e alerta para as preocupações com a educação, da forma que cada um considerou ser melhor. Todos estão dispostos a contribuir, com o que entenderam ser o melhor, na certeza de que todos querem encontrar a melhor solução, fazendo parte dela.

Este esforço tem que ser comum para se atingir a mesma meta, e não um esforço com desvios, conforme os interesses em jogo.

Ao ler o documento e tendo em conta a preocupação de todos, que é a resolução dos problemas, a proposta de resolução apresentada, não responde á solução dos problemas, logo o trabalho que devia ter sido feito não foi. Se vieram os engenheiros ou não, se fizeram o trabalho, o que se percebe é que está tudo na mesma, em prejuízo da escola, dos alunos e dos profissionais da escola.

Sendo o objetivo uma melhor educação no concelho de Évora, melhor qualidade das escolas, melhores condições para os alunos e melhor qualidade no ensino, dignidade no exercício das profissões de pessoal docente e não docente, sendo estes os objetivos, o documento não traduz isso, mas sim alguns aspetos que apontam para outras questões.

O que estava em causa não era valorizar o que o Município ou o Governo fizeram ou deixaram de fazer, mas sim dizer o que deve ser feito, e isso, o documento não traduz com a clareza que se exige a quem quer soluções rápidas, céleres e atempadas, de forma que o próximo ano letivo possa decorrer nas melhores circunstâncias.

Em relação aos grupos informais, esta questão levou-o a propor em Assembleia Municipal o cumprimento do que havia sido deliberado na anterior sessão da Assembleia, bem como a preparação de um documento forte, que provocasse efeito junto do governo e das entidades com competência nesta matéria, de forma a encaminhar para uma viragem, no sentido positivo, no que à educação no concelho de Évora diz respeito.

Contínua com dúvidas relativamente ao documento consensualizado, no que é referido na síntese, concorda com o n.º 1. Em relação ao n.º 2, as recomendações ao Conselho Municipal de Educação, não têm, razão de existir, já que deveria ser um trabalho feito durante todo o ano escolar e apresentado periodicamente à Assembleia Municipal.

Em relação ao n.º 3, considerou que deveria terminar em “...cumpra as suas obrigações na área da educação.”. Acredita que desde que a Câmara disponha de meios financeiros com certeza, cumprirá. Em termos práticos esta alínea não contribui em nada para se conseguirem alcançar os objetivos que se pretendem.

O Sr. **João Canha**, voltou a intervir para clarificar a interpelação do Sr. Bruno Martins, que sem querer, gerou um equívoco em relação à sua anterior intervenção. A bancada do PS não está a fugir ao documento consensualizado, apenas chamou a atenção para as mesmas questões que ajudaram à consensualização do documento ontem.

Nenhum dos assuntos que referiu foi falado no momento da consensualização. O PS percebeu que a transcrição do Relatório, plasma o que aconteceu naquele dia, o que é o sentir da Assembleia, do Grupo de Trabalho e de todos que contribuíram para a Audição. O PS não está a ficar fora do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

consenso, está a sim a dizer que a questão não se esgota com o Relatório da Audição Pública. É mais um compromisso para cada um, enquanto agente político do concelho e representantes da população na Assembleia Municipal, de forma a prosseguirem no mesmo esforço.

De facto, como referiu anteriormente, o quadro em 06 de julho, é diferente do quadro em 06 de abril. Em 06 de abril falou-se no número de alunos por turmas, é do conhecimento de todos a Portaria que definiu que as turmas no próximo ano letivo, tinham 24 alunos, Isso faz toda a diferença.

Terminou com afirmação de que o PS não estava a fugir ao consenso conseguido. Referiu a importância de todos os membros da Assembleia Municipal terem conhecimento durante o dia, das propostas de alteração surgidas da CDU, que era suposto serem integradas no documento final. O PS não está a fugir a consensos, são pessoas com palavra, comprometidas com os contributos para a melhoria da educação no concelho.

O Sr. **Jorge Lourido** começou por dizer que tratando-se de um texto de consenso estava completamente de acordo com o mesmo.

Em seguida, afirmou que a Educação é um dos Direitos Humanos fundamentais, consagrado na Constituição da República Portuguesa.

A educação, a saúde, a habitação, a alimentação e a liberdade, são direitos absolutos e totais. Para a educação e saúde, existem especificidades devido ao seu carácter público, gratuito, universal e de qualidade. Para assegurar estes níveis só de forma pública, estatal central. Não há outra forma de regionalização, sem transferências efetivas do poder central, é impossível assegurar a universalidade e qualidade do ensino.

Não há associação de pais, não há associações de alunos nem qualquer outro grupo que possa assegurar localmente os elementos essenciais ao cumprimento dos objetivos públicos, gratuitos, de qualidade e universalidade.

Por mais motivação que qualquer Município, Junta de Freguesia tenha, por si só não consegue assegurar a qualidade e a gratuitidade.

Este documento é essencial ao chamar a atenção no seu ponto *III Descentralização – alínea a)*, também para esta questão.

Sendo a educação um direito geral e universal, consagrado na Constituição, tem que ter os recursos necessários, financeiros, equipamentos, funcionários, os vários agentes educativos, onde se encontram os professores (tão mal tratados nos últimos anos). Não esquecendo a formação profissional e o ensino de segunda oportunidade

Terminou, voltando a afirmar que concordava com o texto da resolução e a louvar o grupo de trabalho que o elaborou.

Se fosse um texto pessoal, faria algumas alterações, disse.

Em nova intervenção, a Sra. **Clara Grácio** considerou que ao apresentar o Relatório da Audição Pública, a Assembleia Municipal estava a assumir as suas próprias responsabilidades como elemento decisivo no Concelho de Évora.

Concordou com o Sr. Jorge Lourido no final da sua intervenção.

Lembrou que o objetivo, era um texto consensual para poder ser divulgado e utilizado como um instrumento para melhorar a situação, para que o próximo ano letivo inicie de muito melhor.

Lembrou, que aquando da audição pública em que foram convidadas todas as entidades, o Ministério da Educação não esteve presente, nem se fez representar, o que muito lamentou.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O relato feito foi muito preciso, gostaria que tivesse sido mais traduzido. Será através dele que o Ministério da Educação irá ter conhecimento do trabalho realizado em Évora.

Afirmou que o Relatório, é um instrumento de trabalho muito importante e diferente, pelo que deve ser divulgado de forma a fazer a diferença em defesa da qualidade das escolas e segurança das crianças.

Por essa razão, deve ser feito um esforço na divulgação do documento, local e nacionalmente a todas as entidades de forma a mostrar a diferença, como aconteceu com o curso de teatro. Sempre que se faz algo, a diferença pode fazer acontecer!

A Sra. **Ana Beatriz** referiu, na esteira do que foi dito pelo Sr. João Canha de que o documento significava, que as várias bancadas estiveram de acordo com o que nele foi vertido, embora cada um, na audição pública, quisesse ter falado sobre mais coisas.

Considerou no entanto o documento insuficiente. Uma parte da realidade está por transcrever, o que não obsta, que havendo um mínimo comum, se possa trabalhar a partir desse mínimo. Foi esse mínimo que levou a Assembleia a reunir.

Constata-se, a necessidade de todos em falar sobre um tema realmente importante como é o da educação. Todos os partidos têm algo a dizer sobre a educação. Não seria, na verdade suficiente na sessão da Assembleia os deputados municipais limitarem-se a aprovar o Relatório da Audição, mas também não retirar a extrema importância que o mesmo tem. Por outro lado, o que cada um pensa, deve ser dito na sessão da Assembleia Municipal por ser o local onde devem ser colocadas todas as questões.

Sem querer repetir o que já foi dito, lembrou o Conselho Municipal de Educação que deixou passar quatro reuniões que não realizou (no início do ano letivo, final de cada período escolar e no final do ano letivo).

Em 2014 aprovou três resoluções (teve o cuidado de as ler todas), e já em 2014 era colocada a questão da falta dos assistentes operacionais, dos horários dos transportes escolares e ainda outra questão.

No regimento do Conselho Municipal de educação é dito que também fazem parte as associações de estudantes (está a ser elaborado na CPCJ um relatório relativamente à forma como os vários estados da União Europeia estão a transpor a Convenção Europeia dos Direitos da Criança, sendo que as organizações dos vários países estão a dar as suas contribuições para esse relatório.

Um dos direitos da Convenção Europeia dos Direitos da Criança diz respeito à participação, ao direito de serem ouvidas, que as suas opiniões sejam tidas em conta. Não ouviu os estudantes, não estiveram presentes. Não conseguiu saber qual é a associação de estudantes que representa os estudantes no Conselho Municipal de Educação. Gostaria de ver uma associação de estudantes de uma escola secundária, olhar para eles e perceber o que querem, é importante que sejam ouvidos. Foram publicados dois decretos-lei 54 e 55/2018 estabelece o “Regime Jurídico da Educação pela Inclusão” e o 55 “Estabelece o curriculum dos ensino básico e secundário, e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens”.

Ficou muito satisfeita ao ler no preâmbulo que, assume o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos, da criatividade, da cooperação, da autonomia na aprendizagem, na promoção da cidadania e da sua participação nas matérias e discussão sobre as mesmas, vem valorizar as disciplinas de projeto, e o poder dos discentes se querem mudar de unidades curriculares. Há muitos alunos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

já não querem ir para a universidade. Existe um novo paradigma, é muito bom um diploma falar deste novo paradigma.

Em sua opinião, seria muito importante a realização de mais debates como o que foi feito para a educação. Seria muito importante e interessante perceber o que pensam os jovens, e as crianças sobre a sua cidade e quais são os seus anseios para o futuro. Se desejam ser munícipes de pleno exercício em Évora. Também deve ser uma preocupação da Assembleia Municipal.

A auscultação a estes cidadãos e cidadãs deve ser preocupação de todos, em primeiro lugar de quem tem cargos públicos.

O processo de descentralização e transferência de competências não deve ser sustado, ficou muito preocupada quando leu algumas notícias sobre a possibilidade da revogação total ou parcial do processo de descentralização e transferência de competências sobre a educação.

É sempre preferível lutar pelo que se tem para tentar conseguir mais. Acredita que esta preocupação, não seja apenas sua.

Por fim referiu que o Relatório, não podia ser apenas um documento para não deixar de ter descentralização e competências, mas sim uma arma para exercer a descentralização e competências com toda a dignidade.

Educação é absolutamente primordial, não só é um Direito Universal. É um direito consagrado em todos os Tratados Internacionais, não só nos Direitos Humanos, mas também na Convenção dos Direitos da Criança.

O Sr. **Presidente da Assembleia** informou que foram convidadas para a Audição Pública quatro associações de estudantes do ensino básico e secundário, e não assinalaram a sua presença de alguma forma. A Associação Académica da Universidade de Évora não foi convidada, por estar sobre outra tutela.

A Sra. **Ana Beatriz** agradeceu o esclarecimento, e disse saber que nenhuma associação tinha aparecido na audição, o que não impedia, que lamentasse o facto- Gostava de os ter ouvido.

O Sr. **Bruno Martins** voltou a intervir para esclarecer a bancada do PS que não teve com nenhum ataque de memória. Lembrou que eram 17h15 quando todos receberam uma proposta do PS, para eliminarem uma série de coisas que vinham em consonância com o discurso do PS, só por isso as referiu.

Também é verdade que a CDU propôs duas alterações, tendo ficado muito claro pelo discurso da Sra. Clara Grácio que as mesmas caíram.

O PS faz uma séria de proposta de retirar vários pontos, sendo a primeira intervenção sobre esses pontos, tendo deduzido que mantinha a proposta de retirar esses pontos. Só para esclarecer e ficar em ata que não teve nenhum lapso de memória.

Por vezes é difícil estabelecer consensos, sendo que, esses consensos muitas vezes só são possíveis, quando alguém quer retirar algum ganho com isso. O BE acredita numa coisa fundamental, os eleitores munícipes, não são burros e facilmente perceberão o porquê da CDU (existindo este problema há vários anos, depois dos alertas em Assembleia Municipal, à CDU de que havia escolas que não podiam abrir com problemas de segurança, que não era possível continuar a insistir nos programas CEIS).



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Os eleitores não são parvos, percebendo facilmente porque só agora a CDU propôs a Audição Pública.

Também se pode perguntar porque está o PS tão preocupado com algumas coisas e pensar que se fosse governo o PSD, o PS possivelmente estaria calado. E, se fosse há 5 anos o governo do PSD estaria a estrebuchar. Embora todos saibam que no governo PSD as questões da educação eram bem mais graves.

Neste momento, é preciso olhar para o texto e decidir se, se quer ou não enviar o Relatório da Audição Pública para o Ministério da Educação.

Novamente no uso da palavra o Sr. **Frederico de Carvalho** disse desconhecer a portaria que o Sr. João Canha referiu, em relação ao número máximo de alunos por turma. Em seu entendimento, não se perde nada que conste no texto. Até porque é habitual haver determinações legais que na prática não são plasmadas na realidade, tal como o decreto-lei do Eng.º José Sócrates desde 2008 que estabelecia o estatuto do aluno com características especiais. É bom que fique plasmado, afirmou.

Concordou com a intervenção da Sr. Ana Beatriz, quando se refere a verdadeiro debate do aluno enquanto centro da comunidade escolar. Existem uma série de desafios, que se irão colocar no futuro, devendo a Assembleia Municipal e o Conselho Municipal de Educação agarrar esses desafios. Em relação à intervenção da Sra. Clara Grácio sobre os consensos e o trabalho desenvolvido, confessou que a Coligação Afirmar Évora, também tinha outras expectativas para as seguintes críticas “*Comissões de Acompanhamento, divisão dos Agrupamentos, Direção Regional de Educação, Ensino Profissional*” Évora é único distrito que não tem Escola Profissional. No entanto, foi necessário criar uma ponte para tratar as situações mais emergentes, criar um documento para tratar no imediato as questões que estavam em causa, para o fazer chegar rapidamente a quem de direito.

O Sr. **Presidente da Câmara**, iniciou a sua intervenção referindo que não tinha pensado interferir, mas devido às intervenções anteriores, iria usar da palavra.

Começou por saudar por parte da Câmara, de forma muito veemente a realização da Audição sobre a Educação.

Que será dada toda a atenção aos depoimentos que foram feitos durante a Audição, que deram contributos muito importantes para a defesa da Escola Pública em Évora, Foram apontadas soluções e resolução dos principais problemas que a escola Pública em Évora apresenta.

A Câmara assume as suas responsabilidades no âmbito das suas competências próprias, nunca as descartou, sempre com humildade, quando não teve capacidade para responder a qualquer questão, ou para as colocar, do ponto de vista público, e às escolas. Esse posicionamento continuará a ser feito, em diálogo com os Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais, Sindicatos e reuniões nas próprias escolas, como já foi feito.

Em relação à intervenção do Dr. Bruno Martins, sobre a questão do contrato de execução, diria apenas, houve eleições ao longo dos anos, pelo que, se o objetivo fosse eleitoral teria havido outras oportunidades de tratar o problema. Exatamente porque a intenção não é essa, e porque apesar de na altura a Câmara ter votado contra o projeto de execução, porque se quis ouvir e colaborar com os agrupamentos de escolas, sindicatos e associação de pais, é que a situação teve o desenvolvimento que teve.

Lastimou a intervenção que não iria qualificar, por ser inqualificável.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em seguida, saudou o trabalho do Conselho Municipal de Educação, que foi absolutamente notável, que reuniu no início do atual ano letivo, porque ainda estava em funções. Por várias razões ainda não foi possível reunir. O Conselho Municipal de Educação tem tido um papel muito importante e tem tomado decisões muito importantes ao longo das suas reuniões sobre as questões essenciais, para a Educação Pública, nomeadamente, por iniciativa da Câmara em 2014, quando foi feito o levantamento do estado da escola pública, tendo sido detetado de imediato a falta de assistentes operacionais nas escolas.

A terminar manifestou a total disponibilidade da Câmara para com a Assembleia Municipal, neste e em todas as iniciativas que considerem de grande importância para em conjunto, e respeitando as diferenças em relação aos problemas, procurar soluções para esses mesmos problemas.

O Sr. **Bruno Martins**, agradeceu as palavras do Sr. Presidente da Câmara, afirmando que o tinha em muita consideração e que qualificava sempre as intervenções do Sr. Presidente da Câmara, tendo-as sempre em conta.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade (33 presenças), aprovar, a Proposta de Resolução sobre a Educação no Concelho de Évora.

Declaração de voto do Sr. **Adelino Fonseca**: *Apesar de considerar não estar em contexto do documento, com a agravante de ter o meu entendimento, sobre o mesmo, sido deturpado por informações complementares, certamente por mim não compreendidas na sua essência e conteúdo, levando-me a uma intervenção desadequada, pela qual apresento a todos os Membros desta Assembleia, o meu pedido de desculpas pelo tempo que vos fiz perder, entendi que não podia deixar de votar favoravelmente um documento tão importante para um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa em Educação, e muito particularmente, no nosso concelho, onde as carências são de toda a natureza e ordem de grandeza.*

Declaração de voto da Sra. **Clara Grácio**: *A CDU considera e todos nós que a educação é um pilar essencial da Democracia da nossa soberania. Só uma escola pública que garanta a universalidade da oferta educativa de qualidade e para todos, pode garantir efetivamente o sucesso educativo e a formação integral dos indivíduos.*

*A CDU tem a noção que o anterior início do ano letivo não começou da melhor maneira, Com essa perceção, pensou-se que seria necessário qualquer atuação para que o próximo ano letivo não tivesse o mesmo problema.*

*Este foi o timing da CDU, fazer todos os esforços para uma melhoria na qualidade das escolas de maneira que o próximo ano letivo pudesse abrir e decorrer com qualidade.*

*A Assembleia Municipal tem sérias responsabilidades nesta questão, pelo que, como membros da Assembleia propusemos que fosse feita uma audição para que o conhecimento da realidade foi muito mais efetivo.*

*Assim aconteceu. As afirmações e todos os relatos, feitos na audição transpareceram e deram um matiz cinzento á situação da educação. Também não foi transparente a quem se devia solicitar, exigir responsabilidades que não estavam a ser cumpridas, Basta olhar para a transcrição do que foi dito nessa Assembleia, nomeadamente pelos diretores do agrupamentos. Devem ser solicitadas*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*responsabilidades a quem tem essas responsabilidades. Estamos num estado de direito, num governo que é obrigado a cumprir a lei, devendo também cumprir as suas próprias responsabilidades, Como exemplo referiu uma promessa feita pelo governo, o contrato de 38 assistentes operacionais, seja qual for o governo. Ainda se está há espera desses 38 assistentes operacionais que são necessários para a segurança e qualidade na escola. Deve-se exigir e traduzir o que foi dito na audição.*

*Também foi dito que a Câmara Municipal de Évora fez todos os esforços para resolver as situações prementes que podia, mesmo utilizando orçamento da própria autarquia, que estava adstrito a outra situações.*

*Foi muito importante. É um instrumento que não termina agora. É um bom instrumento de trabalho que ao ser remetido para as entidades, fará toda a diferença.*

*Declaração de voto do Sr. João Canha: Na bancada dos eleitos nas listas do Partido Socialista com assento nesta Assembleia Municipal, alguns membros decidiram aprovar a Resolução a Educação no Concelho de Évora, enquanto resultado da Audição Pública, promovida a 06 de abril, num profundo desejo de contribuir para a construção de soluções face aos problemas diagnosticados-*

*Apesar desta tomada de posição política, repudiamos o facto de a todo o transe se terem procurado eximir as responsabilidades do executivo camarário do Partido Comunista, quando nas falhas de gestão do processo, não estão de facto isentos de responsabilidade e patentearam uma irresponsabilidade negocial junto dos governos, bem como o alheamento na gestão nas parcerias locais para definirem estratégias e as porem em pratica.*

*Efetivamente é mais fácil mobilizar para o protesto e denuncia, que criar dinâmicas com vista a afrontar os problemas.*

*Alguns dos problemas apontados foram em momentos específicos, aprofundados pela falta de visão política e pelo condicionamento ideológico que foi assim vertido para prejuízo das populações e das comunidades educativas, das crianças e jovens do concelho.*

*Ao dia de hoje, alguns dos problemas aqui enunciados, foram resolvidos.*

*Percebemos desde sempre que a Audição Pública e as suas conclusões, serviriam de conforto para decisões que entretanto vieram a assumir. Mas a avidez de obter consensos e unanimidades, também denuncia a incapacidade de assumirem a in governação e o bónus da decisão.*

*O executivo Comunista bem sabe os graves transtornos que nesta fase de lançamento do próximo ano letivo têm as suas tomadas de posição e como serão gravemente afetadas as populações. Evidencia-se que o compromisso com uma educação de qualidade poderia ter sido conduzido de outra forma e não numa estratégia político-partidária, que procura capitalizar oportunisticamente, a onde de contestação encetada pelos profissionais da educação, procurando buscar nesta associação á luta sindical, o que perderam como bastião isolado na afirmação Comunista.*

**Declaração de voto do Sr. Bruno Martins:** *“O Bloco de Esquerda recusa-se a utilizar declarações de voto para dizer o que não disse no debate, para que não haja contraditório.*

*Ainda que possa ser, muitas vezes inqualificável, é no debate que dizemos. Gostamos do debate, do contraditório. Não utilizamos declarações de voto para dizermos o que não foi dito no debate”.*

### APROVAÇÃO EM MINUTA



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O plenário deliberou, por unanimidade, com 33 votos a favor, aprovar em minuta o **ponto único** nos termos do n.º 3 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pela uma hora e dez minutos, do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

**Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço**

**1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto**

**2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins**

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 18/12/2020, não tendo participado na deliberação 10 dos 32 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

Não dispensa a consulta do documento original